

Silveira, María Laura. **Por uma teoria do espaço latino-americano**

Capítulo do livro: Amalia Inés Geraiges de Lemos, María Laura Silveira, Mônica Arroyo (org.). Questões territoriais na América Latina. Buenos Aires, Ed. Clacso, 2006.

[www.clacso.org.ar](http://www.clacso.org.ar)

RED DE BIBLIOTECAS VIRTUALES DE CIENCIAS SOCIALES DE AMERICA LATINA Y EL CARIBE

# POR UMA TEORIA DO ESPAÇO LATINO-AMERICANO

MARÍA LAURA SILVEIRA\*

## INTRODUÇÃO

A complexa realidade contemporânea da América Latina defronta o pensamento geográfico a uma instigante encruzilhada. Vivemos num continente no qual os processos da globalização alcançaram velocidades antes nunca vistas, graças à força dos agentes envolvidos e à criação de condições internas propícias a essa dinâmica. A imposição sem freio de formas e normas próprias de um novo sistema técnico e político observa-se na modernização da base material a qualquer custo, no comando da lógica financeira na produção material e imaterial, incluindo a política dos Estados, na ampliação dos consumos e da pobreza, na desvalorização do trabalho, no aumento dos controles.

Todavia, os prementes mandamentos da globalização estão revelando seus limites e irracionalidades. As revoltas no campo e nas cidades, a diversidade cultural que se evidencia, a ingovernabilidade dos territórios nacionais, o uso corporativo do território e tantas outras manifestações da vida social nos desafiam a produzir uma interpretação dessa globalização desnecessária. Nesse contexto, antigas idéias – cujo peso não tem sido suficientemente discutido – buscam renovar-se, idéias novas porém alheias à nossa realidade social ganham a cena, pretensas soluções político-territoriais são incorporadas numa vocação por adaptar as teorias do mundo desenvolvido. Hoje, mais do que antes, a América Latina pede uma teoria do espaço fundada na nossa própria história, uma teoria geográfica da sociedade, autônoma mas não independente no concerto das epistemologias particulares, capaz de contribuir no entendimento do nosso continente.

## O PERÍODO DA GLOBALIZAÇÃO NA AMÉRICA LATINA

A aceleração contemporânea (M. Santos, 1993), encarnada nos macrosistemas técnicos, nas ações corporativas públicas e privadas e no peso da finança e da informação, contribui para produzir uma valorização e desvalorização frenética dos pedaços do território, o agravamento da pobreza e, em definitivo, uma globalização necessária para quem comanda os processos sociais, porém desnecessária para a maior parte da sociedade.

Mudando as relações entre os homens, o trabalho contribui para criar, a cada dia, uma nova organização política. Articuladas em conjuntos, as técnicas autorizam modos de fazer, possibilidades de produzir e de dividir o trabalho em função das máquinas, do transporte, das telecomunicações, da publicidade. Mas, paralelamente, a política permite ou limita o uso desses objetos, os modos de produzir, de dividir o trabalho e de apropriar-se do lucro.

Hoje, esses conjuntos definem-se pela emergência, planejada e calculada desde o segundo pós-guerra, de um complexo chamado tecnociência, uma técnica informacional, um sistema técnico-científico-informacional com uma forte vocação de expandir um modo de fazer – um trabalho dito moderno – e de concentrar, como nunca antes, o poder, as decisões, a política.

---

\* Professora Doutora no Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, Brasil. Pesquisadora do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

É assim que Milton Santos (1996; 2000) nos propõe entender o período contemporâneo – a chamada globalização – pela produção de três tendências definidoras.

Em primeiro lugar, a possibilidade de produzir em todos os pontos do planeta e de criar um produto global a partir de um único sistema técnico – aquilo que podemos denominar unicidade da técnica. Hoje, a técnica da informação, graças à convergência da informática, da eletrônica e da cibernética, permite a interrelação dos objetos, dos lugares, das atividades, das pessoas (Mattelart, 1996, 2002; Lokjine, 1995). Em decorrência, as ações tornam-se simultâneas, mas a novidade da nossa época não é apenas essa, mas também o fato de sabermos que o são, acrescentando um dado essencial no complexo processo contemporâneo de produção da consciência. A simultaneidade acompanha-se de uma padronização das formas de produzir, de circular e de gerir; em outras palavras, acirra-se a divisão do trabalho, levando à ampliação dos circuitos espaciais de produção, cuja manifestação mais visível é a dissociação territorial das etapas de produção (M. Santos, 1988; M. Santos e M. L. Silveira, 2001). Como as técnicas alcançam a totalidade dos lugares, mesmo que não sejam completamente presentes, estamos autorizados a falar num sistema técnico invasor, com pretensão de ser único, de criar solidariedades internas e de expandir-se por meio das redes.

Em segundo lugar, essa base material e sua respectiva organização política permitem a simultaneidade, o chamado tempo real, uma interdependência entre os fatos, uma solidariedade entre os eventos. O papel do consumo, ancorado na publicidade e no crédito, ainda mais quando uma boa parcela dos objetos é semovente, alarga o uso dessa nova base técnica inclusive em áreas pouco modernas. A informação é, por essa razão, a verdadeira energia que impregna a ação contemporânea. Mas ela é também produtora de unicidades. Uma certa informação de cunho globalizante, verticalmente produzida e difundida, aparece como sinônimo do tempo hegemônico do período, indutora de um pensamento único e de comportamentos padronizados. Estamos diante da concreção histórica da possibilidade de conhecer o que acontece do outro lado do planeta e, assim, essa informação modela as ações, como é o caso da formação de preços no mercado das *commodities*. Cabe aqui destacar o papel das grandes empresas da informação e a legitimação de um modo de produzir altamente concentrado e excludente ou, em outras palavras, a criação de um *modus faciendi* que nos convence da naturalidade ou inexorabilidade dos mecanismos em voga.

Em terceiro lugar, as grandes empresas, produtoras de mais-valia a escalas crescentes uma vez que a produção se tornou mundial, regem-se pela competitividade. A unicidade do motor, isto é, a apropriação da mais-valia por um pequeno grupo de atores globais, é responsável, ancorada na nova base material e na possibilidade de dispor de informações em tempo real, pelas acelerações do período. Aumenta vertiginosamente a velocidade de produção do dinheiro em estado puro (M. Santos, 2000) porque aumenta o número de mecanismos verticalizados capazes de extrair mais recursos de mais atividades, de mais pessoas e de mais lugares. A publicidade e o crédito são estratégias eficientes nessa guerra por uma maior acumulação de capital. Grandes firmas globais são produtoras da ciência e da técnica de que precisam para difundir sua informação em tempo real e para concorrer com as demais. O resultado desse ciclo é a produção e apropriação de mais e mais excedente que, legalmente tornado lucro pelas regulações internacionais e nacionais, públicas e corporativas, fica nas mãos desse punhado de agentes.

O planeta assim organizado é um mundo da velocidade, um mundo que não pode esperar. Ele é, portanto, pleno de totalitarismos, de ações que, na busca de velocidades setoriais e imediatas, fazem da técnica, da informação e do dinheiro coisas absolutas. Essa dinâmica ampara-se, concomitantemente, num discurso que antecede e justifica essa unicidade técnica, esse tempo único, esse lucro concentrado.

O homem deixa de ser o centro da organização da vida social, econômica, política e é compelido a ceder seu lugar ao dinheiro, à técnica e à informação em estado puro. O dinheiro é mais importante que a produção porque a finança se torna autônoma. Por isso, quando uma empresa é mais lenta, menos eficiente, menos competitiva tem que ser transformada ou eliminada. Um voto é mais importante que uma necessidade e a política torna-se mercadológica. A técnica é mais importante que o emprego e daí a aceitação tranqüila dos automatismos, da robotização e da nova normatização. A informação é mais importante que o saber empírico dos homens e, desse modo, é preciso impor uma nova escrita, na qual o saber empírico do pequeno produtor raramente pode ser transformado em data. O conhecimento empírico como conteúdo das ações no campo é substituído, desse modo, por normas de conteúdo tecno-científico.

#### OS TOTALITARISMOS DO ESPAÇO CONTEMPORÂNEO

Emerge, assim, um novo sistema político, já que se trata de sistemas de ações conjugadas, interdependentes e hierárquicas em comunhão com os objetos modernos. Essa nova realidade inspirou Milton Santos (2000) a cunhar o neologismo “globalitarismo” para assinalar a existência, concomitante e sistêmica, da tirania da informação e da tirania do dinheiro. Mas, a cada dia, testemunhamos como os totalitarismos travestem-se de liberdade de opinião e de imprensa e, paradoxalmente, de tolerância.

Todavia, é exatamente o seu contrário, a intolerância, que se torna o princípio da ação das corporações mais poderosas, dos agentes financeiros e, mesmo, dos Estados, quando são compelidos a impor a velocidade, a fluidez, a racionalidade. E, assim, o discurso dominante acaba por convencer a sociedade de que esses mandamentos contemporâneos são inelutáveis, convidando ao exercício de ações subordinadas ou pragmáticas. A sociedade torna-se, assim, intolerante porque, no reino da competitividade, não há como esperar o lento, aceitar o menos lucrativo, entender quem não fala a língua da época, confiar em quem não se conhece. E, desse modo, apesar da mistura de povos e culturas, acirra-se o seu contrário, isto é, multiplicam-se as formas de discriminação social, econômica, política, racial e cultural.

Num mundo veloz e intolerante, é mister, para atingir a modernidade e a segurança, exercitar ações de controle, fiscalização e vigilância. Como já nos alertava Michel Foucault (1975, 1991: 157) “a vigilância torna-se um operador econômico decisivo, na medida em que é ao mesmo tempo uma peça interna no aparelho de produção e uma engrenagem específica do poder disciplinar”. Controlar a produção, a circulação, enfim, o território, a vida das pessoas é um imperativo da época. A teleação, da qual nos falava A. Moles (1974), torna-se, tantas vezes, uma televigilância. E, num verdadeiro paradoxo, aumentam as formas de corrupção, pois a competitividade autoriza o “vale tudo” que é sua fonte essencial.

Os totalitarismos do período atual descortinam-se cotidianamente e, portanto, são “naturalizados”. Torna-se “natural” fornecer nossos documentos e dados pessoais, cujo número não pára de crescer verificando mais uma forma de controle, para obter uma simples informação, para efetuar um pagamento ou para, ingenuamente, alimentar um banco de dados. É também “natural” ouvir que podemos ou não podemos exercitar uma ação porque assim o prescrevem as normas da empresa, que estamos sendo filmados ou gravados e, ainda mais, que isso é feito pela nossa segurança!

E, nessa mesma linha, convencem-nos, por meio das mais sofisticadas técnicas da publicidade, que vivemos numa sociedade do risco, defrontando-nos com situações pré-fabricadas pelos mesmos agentes, cuja pretensão é tornar-se reais e cujo único antídoto, diz-se-nos, é a antecipação. Descortina-se um leque de seguros e, mesmo, de comportamentos que

banalizam os momentos mais trágicos e transcendentais das nossas vidas. Teremos segurança e felicidade se contratamos um seguro de vida ou compramos uma vaga no cemitério.

É também “natural” uma espécie de novo direito consuetudinário do poder público e das empresas e do seu aparelho de fiscalização e controle, que autoriza a considerar as pessoas como potencialmente culpadas de roubos, crimes, contrabando e terrorismo. Aquilo que começou nos espaços privados ou semi-públicos alcança hoje seu paroxismo com câmeras nos espaços públicos. Estamos, permanentemente, sendo obrigados a demonstrar nossa inocência, porém nossa palavra fica agora subordinada à incontestabilidade do registro tecnológico. A política e o direito tornam-se reféns desse novo sistema técnico. Entretanto, esses processos sociais não são fatalidades mas, certamente, resultados de escolhas políticas.

A questão central é, talvez, que somos treinados, a cada dia, pela educação formal ou informal, para aceitar, exercitar, reproduzir e, tantas vezes, defender, esses totalitarismos. Afinal, vivemos numa sociedade em que as desconfianças, os riscos e os medos são cientificamente criados e multiplicados.

Trata-se, *per se*, de um verdadeiro sistema político, um fundamentalismo encoberto, já que esses totalitarismos têm o poder de produzir e manipular os respectivos objetos e de organizar a vida social. Estamos diante de uma profusão de dispositivos de vigilância, de controle e gestão dos movimentos – radares, câmeras, GPS, alarmes, programas, memórias, código de barras – que, embutidos no telefone celular, nas máquinas de cartão de crédito, nos pedágios, na Internet, têm a capacidade de revelar os nossos passos num verdadeiro panóptico às avessas. Não raro, na era da informação, se pede e se fornece informação sobre os outros, abrindo o caminho para uma sociedade da delação e da repressão. O território, a cidade, sua população, seus recursos, seus movimentos são eficientemente monitorados, contando com a nossa ignorância ou aceitação e com a conivência das classes políticas que associam os objetos técnicos e as ações que estes autorizam a uma maior segurança e modernização. Se esses dispositivos possibilitam a cognoscibilidade do planeta, autorizando uma ação fortemente informada sobre os recursos, a produção e a circulação, eles também permitem acompanhar, na sua combinação atual, os passos da vida privada e social das pessoas. Quanto mais moderno, mais vigiado. Eis a esperança do mundo pobre, onde a modernização em pontos é o principal retrato e onde o número de áreas opacas não cessa de aumentar.

Se o controle da ação presente torna-se um imperativo, a previsão dos eventos futuros não é menos importante. Assistimos a uma forte demanda de previsão, seja na meteorologia, na medicina, na economia, na política, aliando a tecnologia e o controle na busca de soluções individuais ou empresariais. O retrato perfaz-se com um processo de securitização da sociedade e do território. Explicando a evolução da sociedade, F. Ascher (2000) assevera que passamos do bem-estar individual das sociedades ocidentais que conheciam a formação dos Estados nacionais a um pacto de civilização dado, entre outras coisas, pela segurança social, pela previdência social, pelo Estado providência. Acrescentamos que isso permitiu a tolerância com os mais fracos, pois a possibilidade do capitalismo mensurar a incerteza e calcular probabilisticamente os riscos autorizou a formulação dos sistemas de mutualização e a socialização dos riscos. Foi um avanço de civilização, uma espécie de compatibilidade, mesmo que incompletamente realizada e incompletamente difundida, entre o modo de produção e um certo conceito de justiça social. Mais tarde, sobretudo hoje com a aceleração advinda do neoliberalismo, o perigo e o risco tornam-se verdadeiras mercadorias, permitindo a elaboração de um leque de saberes como tecnologias do risco, gerenciamento dos riscos e, inclusive, uma ciência do risco – *cyndinique* ou ciência do perigo (F. Ascher, 2000: 121). Trata-se, assim, de um mercado em expansão. O discurso, a propaganda, a informação convergem para ampliar a sensação dos riscos, sua natureza, suas

magnitudes: doenças, poluição, desvalorização da moeda, violência urbana, desemprego. Medos “novos” da vida social que se somam à perversidade de fazer da doença, da ignorância e da velhice verdadeiras mercadorias a futuro...

Na análise de F. Ascher (2000: 124), essa confrontação direta e personalizada de cada indivíduo com toda sorte de riscos econômicos, sanitários, afetivos é uma manifestação do intenso processo de individualização da sociedade atual. Crescem as obrigações de escolha, ou seu espectro, em todos os domínios – trabalho, família, moradia, viagens – defrontando os sujeitos a uma permanente interrogação sobre o futuro, que inclui a avaliação de vantagens e problemas de cada decisão e o cálculo dos respectivos riscos. Quando não temos mais abrigo coletivo, cada passo individual deve ser detalhadamente avaliado, pois estamos sempre em risco. Na reflexão de Boaventura de Sousa Santos (2000: 41), vivemos um momento de desassossego que “resulta de uma experiência paradoxal: a vivência simultânea de excessos de determinismo e de excessos de indeterminismo”. Enquanto os primeiros decorrem da aceleração da rotina, da continuidade e da repetição, os segundos residem na desestabilização das expectativas. Assevera o autor “a eventualidade das catástrofes pessoais e coletivas parece cada vez mais provável” (B. de Sousa Santos, 2000: 41). Daí a produção de contratos de toda natureza, a miríade de seguros e a oferta de créditos que perpassam nossa vida cotidiana. Nas palavras de F. Ascher (2000: 124), “é o reino da cobertura multi-risco” e a via de negociação privilegiada é, como nos diz W. H. Borges (1993), menos a norma pública e mais o contrato individual. Uma verdadeira pulverização do direito. Essas manifestações da fragmentação são filhas da solidariedade organizacional, isto é, da coesão organizacional que, regida por racionalidades distantes, anima a vida dos lugares (M. Santos, 1996).

Como técnica da ação, o cálculo de probabilidades havia permitido, já no século XVIII, elaborar a noção de indivíduo médio e, assim, dotar de um certo conteúdo científico a ação de governo, com o decorrente cálculo de riscos, custos e possibilidades de mutualizá-los. Dois séculos mais tarde, a mesma técnica da ação, porém certamente aprimorada, preencheu de conteúdo científico uma ação de nova intencionalidade: a racionalização e a fragmentação da sociedade. Calculados os riscos, é possível produzir discursos individuais, reforçando a idéia de que o mais importante é o indivíduo e não a sociedade. O apelo a cada um por si está posto. Bem universal, a liberdade começa a ser privatizada porque vista exclusivamente pelo prisma do mercado... O único risco que merece ser enfrentado é, de um lado, o individual e, para isso, criam-se contratos e seguros, e, de outro, o mercadológico que se torna um *leitmotiv* da política pública. O risco-país é um exemplo desse último que vem substituir, no núcleo da política, os riscos da nação, isto é, a minguinte inclusão pela via do trabalho, da saúde e do ensino.

Uma profusão de soluções passa a ser oferecida. Própria do sistema político que integra, a maior parte dessas soluções está ancorada na expansão e na densificação do mercado: crédito educativo, convênio de saúde, fundo de previdência. Contudo, dentre as possibilidades do período atual, outras soluções eram possíveis. É o caso da ampliação da base pública de ensino, de saúde e previdência, cujo desenvolvimento privilegia, certamente, a injeção de capital na sociedade pela via da redistribuição do excedente, da construção de equipamentos coletivos, da produção de serviços públicos e da ampliação dos consumos. Ao contrário, a solução escolhida é, certamente, produtora de limites para a maior parte da sociedade. É na produção permanente e acelerada de limites que os atores hegemônicos alcançam níveis mais altos de lucro. Numa sociedade mais lenta, porque busca o progresso com inclusão socioespacial, a produção de lucro é menor e menos rápida. Desse modo as necessidades básicas de uma sociedade se tornam consumos coletivos. A outra opção política, aquela que foi privilegiada, é a aceitação tranqüila, como parece ser em vários países latino-americanos, de que uma nação é feita de cidadãos de

várias categorias, e que é legítimo que as necessidades sociais mais básicas possam constituir um mercado fragmentado.

É por essa via, também, que se reduz a vida econômica a uma contabilidade nacional que é, na realidade, internacional. Privatizações anunciadas como essenciais para o orçamento público, pagamento dos juros da dívida, necessidade e destino do superávit primário são alguns dos ditames contemporâneos. Não é mais a nação quem decide o quê, como e onde produzir, mas um punhado de empresas que rebatem, no território nacional, suas próprias demandas. A vida social também é reduzida a equações contábeis. Faz-se necessário, ouvimos, uma reforma do Estado para que a Nação fique mais leve. Aniquilam-se, desse modo, as formas de solidariedade que haviam alcançado status institucional, porque acusadas de constituir um enorme peso para as estruturas fiscais. O discurso do privilégio surge, paralelamente, ofuscando a análise.

Assistimos, desse modo, a uma privatização da vida social e econômica das nações e, ainda mais, a uma privatização da política com o enxame de *experts* e consultores, cujo domínio vai da propaganda à ação política. O caminho fica livre para a implantação de um verdadeiro direito positivo ou consuetudinário das empresas, assinalado pelas lógicas corporativas: normas, balanços, necessidades de localização, infraestruturas ou reformas políticas das leis do trabalho, dos impostos, dos investimentos, das remessas de dinheiro para o estrangeiro. As ofertas e demandas das empresas são apresentadas como se fossem as necessidades e frutos da nação, travestindo a microeconomia corporativa de macroeconomia nacional. Muito se fala em desregulação, mas nunca assistimos a tanta regulação.

É isso que foi chamado de morte da política (M. Santos, 2000; Sapir, 2002). Testemunhamos uma “despolitização” das medidas econômicas, uma vez que se retira do poder público o papel de modelar a política econômica. Assim, um certo conjunto de técnicas econômicas – autonomizadas – são apresentadas como inelutáveis, como se não fosse possível a escolha e combinação. Reforçando a previsibilidade e a obediência às regras por parte de cada país no domínio monetário, a teoria da reputação do mercado pretende fazer calar a genuína voz da sociedade. Cria-se uma verdadeira naturalização da economia, pois o discurso dos *experts* econômicos busca legitimar o que é uma opção política fundamentalista e totalitária – aquilo que Sapir (2002) sintetiza na frase “os economistas contra a democracia”. Proclama-se a necessidade de independência para cada instância do governo, como o Banco Central e as Agências Reguladoras (Faria, 1996), e o sistema político encarrega-se de criar as respectivas prescrições, cujo conteúdo tecnocientífico acabará por esvaziar o conteúdo político das discussões nacionais. Até mesmo o direito é reduzido a uma técnica da ação, revelando os horizontes – sempre ampliados – do processo de racionalização da sociedade e do território. A política morre no sentido amplo, isto é, a vida de todos na sociedade e no território, a *res pública*. O mercado, na realidade a política das grandes empresas, produtoras de técnica e de política, são as que escolhem os lugares como pontos e áreas para o exercício de sua atividade (M. Santos, 2000). Um punhado de divisões territoriais do trabalho particulares ditam a divisão territorial do trabalho no país.

Se o planeta torna-se, aceleradamente, uno, é na base da produção de totalitarismo: uma das manifestações das unicidades.

... MAS A PRIVATIZAÇÃO DA VIDA SOCIAL CRIA IRRACIONALIDADES

Por toda parte os inconformados completam o retrato. As revoltas, o desemprego, a exclusão da população das atividades e empregos da modernidade, a desvalorização do trabalho, a ingovernabilidade, os problemas do território usado são, como numa pintura impressionista, as

sombras entre as luzes. A racionalidade da ação econômica e do controle encontra, no espaço banal, sua real contradição.

O próprio discurso único, cuja busca é a legitimação da ordem atual, assiste às próprias fissuras. Aqui são reveladoras as palavras de Lille e Verschave (2003: 84) quando afirmam “chegamos a acumular regressões sociais sob pretexto de um futuro melhor...”

Em países de grandes disparidades regionais e de rendas, como nos países latino-americanos, o processo de criação de fluidez social, política e territorial é seletivo e não-igualitário (M. L. Silveira, 2005). A produção de fluidez se realiza com a construção de equipamentos, com as reformas político-normativas, mas também com a alocação de certas profissões e com a oferta de certos empregos ligados à economia moderna. Esse ato de império resulta na desvalorização do resto das formas de trabalho e das regiões.

Hoje, o emprego e o salário mingam pela crescente racionalização da sociedade e do território. Em outras palavras, o que é mais racional no processo de tornar-se competitivo deve ser aplicado, eliminando todo tipo de viscosidades políticas, jurídicas, sociais e culturais. Na medida em que esse processo de racionalização, autorizado por uma nova base técnica e por um novo quadro político, se globaliza, também o fazem suas conseqüências e seus produtos, como a pobreza.

À medida que os custos dos diversos aspectos da vida social são “devolvidos” às famílias, a pobreza aumenta, pois nem todas elas podem enfrentar, integral e indefinidamente, essas despesas. A pobreza é vista como inevitável, um fato quase natural. A sociedade segmenta-se e o futuro torna-se incerto. Na América Latina, a história das conquistas sociais, todas incompletamente realizadas, é a história do reconhecimento de certas demandas insolventes que, na busca de uma sociedade mais justa e igualitária, foram instituídas como direitos sociais. Desse modo, tais demandas foram assumidas pela sociedade como um todo, regidas por complexos mecanismos de compensação socioespacial, mesmo que incompletos e imperfeitos. Quando, nos dias de hoje, o Estado, impingido pelas forças que realizam a globalização, decide acabar com esse conceito historicamente construído, ele torna o mercado mais abrangente e fluido, dotando-o de novos produtos, serviços e consumidores. Mas, já dissemos, a produção da fluidez social, política e territorial é seletiva. Como as crescentes necessidades sociais não podem ser transformadas em demandas solváveis, enormes camadas da população são excluídas (F. Chesnais, 2001: 47). O resultado é que a busca da justiça socioespacial cede lugar a uma segmentação socioespacial, agora considerada legítima e natural. Nem todos os cidadãos nem todos os lugares podem ter acesso aos bens do período. Como apontam F. Lille e F.-X. Verschave (2003: 98), os bens públicos modernos foram submetidos à mercantilização mundializada dos “serviços” imposta pela pressão das instituições financeiras internacionais.

A divisão do trabalho que resulta do neoliberalismo é produtora de pobreza e dívidas sociais. Fundada nos acréscimos técnico-científico-informacionais e nos mecanismos financeiros, ela é feita da superposição das divisões do trabalho das grandes corporações. É por isso que a divisão do trabalho no país tem um papel ativo na desvalorização dos fazeres e lugares que não perfazem essas necessidades. Daí os mecanismos de exclusão e produção da pobreza.

Por essa razão, o território corporativo revela também uma utilização privilegiada dos bens públicos e uma utilização hierárquica dos bens privados. Aqui cabem os novos dispositivos utilizados para fiscalizar o que é fixo e o que se move. A vulnerabilidade dos mais fracos e a ação informada dos mais fortes, perante os novos mecanismos de vigilância, deve ser assinalada. É dessa forma que maiores lucros são obtidos por alguns agentes, ainda que trabalhem sobre os mesmos bens e embora estes sejam nominalmente públicos. Quando as corporações encorajam, segundo várias formas de convicção, a construção das infra-estruturas de que necessitam, e



quando os governos decidem realizar tais obras, o processo de produção do território corporativo se fortalece. Como o número de inconformados cresce, o faz também a vigilância.

Despreza-se o papel e o valor dos bens públicos, entendidos como condições gerais de funcionamento que buscam compensar o *handicap* de certos grupos e indivíduos – aquilo que não se quer deixar livrado ao mercado ou que o mercado não pode produzir. Mas, como asseveram F. Lille e F.-X. Verschave (2003: 7), “sem bens públicos, o mundo vai à deriva”.

Energia, água, saúde, alimentação, transportes, educação, conhecimento são alguns dos bens públicos, cuja ausência ameaça a sociedade como um todo e cuja repartição desigual atenta contra a coesão social. Quando eles não chegam a todas as pessoas e a todos os lugares, isto é, quando à demanda não corresponde uma oferta correlativa do Estado, encarnando uma resposta a esses reclamos, tende a instalar-se o setor privado. Criam-se compartimentações que acabam, amiúde, em curto-circuitos com o exercício da cidadania. Na maior parte da América Latina estamos assistindo a um acirramento das desigualdades na distribuição e uso dos bens públicos e, inclusive, dos bens públicos de produção. As formas bifrontes de socialização capitalista e o uso hierárquico desses bens aceleram a ruptura da coesão social, tanto mais quanto maior a convicção da necessidade de acabar com o incipiente Estado do bem-estar, único mecanismo social para frear o acirramento das desigualdades. Amparadas no pensamento único, as ações públicas ora destroem os sistemas complexos de solidariedade e assistência, de coesão social e de reprodução das relações sociais, ora não sabem preenchê-los de conteúdos contemporâneos.

Uma boa parte das políticas atuais revela o abandono dos bens que dotavam ao mundo de universalidade para impor uma setorialização, isto é, um único sistema técnico que busca impor-se aos lugares e culturas, uma única organização da produção e da apropriação dos benefícios, uma cultura pretensamente única. A globalização constitui uma planetarização de um particular que põe, lado a lado, como nos diz Mézáros (2001, 2003: 18), um leque de tendências destrutivas e um desperdício catastrófico. Destroi-se o emprego, o livre-pensamento, a política, as culturas genuínas, as técnicas diversas, ao passo que se instalam formas de desperdício de recursos naturais, humanos e financeiros.

O Estado afasta-se da elaboração de políticas industriais e de outras políticas produtivas, assim como de políticas de interesse social. O próprio fato da globalização e a subordinação dos países ao mercado global, conferindo um novo papel ao mercado, são causas da ingovernabilidade, já que o Estado precisa reunir forças mais concentradas e maciças para operacionalizar a economia globalizada. Para fazê-lo, tanto a nação quanto o território devem ser desconsiderados, enquanto o próprio Estado renuncia às funções de regulação social e privilegia o seu papel de suporte da expansão das lógicas monetaristas. Com a força e a lei, o mercado aparece, ao mesmo tempo, como um ator e um caminho incontestáveis, socavando o grau de autonomia dos lugares e das nações.

Nesse contexto político, a descentralização, cujos fundamentos são manipulados, passa a ser utilizada menos como um mecanismo de transferência de poder e mais para resolver problemas de caixa e para pulverizar a força das decisões políticas. Tal evolução leva a uma verdadeira supressão do discurso territorial na retórica do Estado e à desconsideração dos processos espaciais como dado tanto da dinâmica da sociedade e da economia quanto da formulação de políticas públicas.

#### QUAL GEOGRAFIA PARA ENTENDER O MUNDO?

Assusta a economia de pensamento do nosso período da qual nos fala Th. Gaudin (1999). Estamos diante do computador e de outros objetos cuja lógica binária faz-se princípio para o

nosso raciocínio, esquecendo a contradição histórica e a complexidade do mundo. Objetos da tecnologia atual, portadores de uma palavra cristalizada, nos convidam apenas a aceitar ou recusar a resposta pronta. É um prático-inerte, como queria Sartre (1990), que se nos impõe como palco de uma ação cuja estrutura é intrinsecamente ligada ao objeto. Essa nova praxis técnica e padronizada, na linguagem da produção e do comércio, cria atos repetitivos e previsíveis – o determinismo de que nos fala Boaventura de Sousa Santos (2000), cuja intencionalidade profunda escapa aos próprios atores veículos da ação. O comando dos processos, o verdadeiro motor das ações, busca impor linguagens cuja métrica é dada pelos modelos de uma economia monetarista. Tudo explica-se por equações vinculando déficit, superávit, inflação, nichos de exportação. A solução aos problemas, aponta-se, é dada por respostas locais no fazer, ainda que, como sabemos, extremamente globais no mandar.

E essas visões e linguagens parecem passar para a geografia, uma disciplina historicamente permissiva no seu vocabulário e, tantas vezes, pouco chamada a teorizar.

Será que essa economia de pensamento está também chegando – ou já se instalou – na nossa disciplina? Quando tudo parece reduzir-se às buscas pré-estabelecidas, às perguntas pré-determinadas, às questões formuladas em outras realidades, às demandas não-inocentes porém funcionais às políticas corporativas, aos financiamentos fáceis, aos temas da moda, restringe-se o campo para descobertas, para novas questões, para incertezas, para caminhos abertos. Nos financiamentos, tantas vezes, confunde-se o rigor de um método firme e claro com as certezas pré-concebidas. Devemos, *a priori*, saber o desfecho de nossa indagação e o número de artigos que publicaremos! Mais um totalitarismo que invade nosso cotidiano.

As forças produtoras da globalização e, portanto, da racionalização da sociedade e do território, parecem conduzir à elaboração de uma geografia mais preocupada com as meias-verdades do período do que com as descobertas desse nosso tempo. Somos convidados com insistência, e também graças a uma epistemologia que aceita tranqüilamente um objeto de estudo definido *a priori* como subalterno porque feito apenas de trabalho morto e fixo, a encontrar, a cada dia, mais as manifestações e menos as causas dos processos de fragmentação socioespacial. E, como essas forças são vistas de forma naturalizada, a geografia parece estar menos preocupada com a discussão dos eventos infinitos, dos bens universais e mais com a produção dos limites, com os eventos finitos.

Nosso papel será o de fortalecer uma geografia moderna e fragmentada que aceitou o discurso da pulverização, da fragmentação do mundo e, num verdadeiro paradoxo, volta a descrever sem compreender? Estaremos perante uma geografia utilitária nas técnicas e nas idéias?

Teremos que concordar, por falta de renovação teórica, com o retorno de antigas idéias, agora *aggiornadas*, como a região vidaliana, fundada nas divisões mineralógicas ou nas bacias, *alma mater* de um atual planejamento funcional ao sistema? Ou será preciso aderir, sem questionar, à chegada de novas idéias tão lugares-comuns quanto alheias ao nosso real, como *global city* ou flexibilidade? Será necessário concordar com a formulação de “soluções” político-territoriais encantadas como os *clusters* e os sistemas produtivos locais, verdadeiras receitas de aplicação universal que, tantas vezes, nos chegam da mão de *experts* e corporações?

Ou nos curvaremos diante da técnica *per se* realizando na epistemologia aquilo que os atores hegemônicos realizam no mundo, isto é, fazer da técnica um absoluto, tornar-nos prestadores de serviços ou perder a palavra porque não temos a autorização técnica?

Em definitivo, seremos obrigados a desistir da discussão sobre o nosso objeto de estudo: o espaço, sinônimo de território usado, diante de espectros novos ou renovados?

Parece que, no momento em que a história do presente nos revela a convergência, antes nunca vista, entre a história do planeta e a história da humanidade, criando uma realidade indissociável, somos convidados a retomar, acriticamente, aqueles pares ontológicos herdados da modernidade que não mais ajudam a entender o mundo contemporâneo. Qual o centro do nosso saber? O homem ou a chamada “natureza”? Talvez essa pergunta não seja necessária, mas sim o será a indagação sobre qual é o motor da história: o conflito ou a busca de um “equilíbrio perdido”? Houve equilíbrio em algum momento da história humana do planeta?

Qual o método que nos devemos? A análise da história como um período, feito de técnica e política, a ser olhado com uma epistemologia própria, autônoma mas integrada no pensar histórico, ou a interdisciplina *per se* que, sem uma autêntica metadisciplina, nos convida a abandonar as epistemologias particulares? Neste caso, quem definiria o equilíbrio?

Qual a política cuja elaboração requer da nossa teorização? Uma política nacional, desafiadora dos corporativismos, preocupada com as novas representatividades – o lugar! – ou a política do global acompanhada pelas esmolos de um dito desenvolvimento local, a piedade internacionalmente organizada, o Estado Nação obedecendo dois níveis “externos”?

I. Mészáros (2001, 2003: 41) vai ainda mais longe quando diz que os fundos do Banco Mundial e de outras organizações norte-americanas, com o apoio da academia e outras elites intelectuais, potenciam o “local” às custas do nacional e buscam um exercício autoritário sobre a vida social por um “governo mundial”.

Ou será que a geografia escolheu o caminho do retorno das teorias da modernização e do desenvolvimento a serem aplicadas numa América Latina que já assistiu à sua funcionalidade com o planejamento dos anos sessenta e setenta, quando um certo planejamento abriu os territórios nacionais aos eventos avassaladores de uma industrialização transnacional?

Se a compreensão da globalização nos pede um enfoque totalizador, a análise sob o prisma nacional não pode ser negligenciada. Nem a voragem do atual sistema técnico-político sobre a natureza, nem o ar de família das atuais configurações técnico-políticas autorizam-nos a aceitar enfoques globalizantes aplicáveis a tudo e incapazes de captar as particularidades de cada formação socioespacial.

Tantas vezes, a recusa do pensamento social latino-americano, ou das interpretações externas do nosso continente, em utilizar a idéia de formação social foi o corolário da hegemonia das análises centradas no modo de produção, sem atentar para a riqueza das combinações nacionais na produção da história. E, hoje, uma certa idéia de meio ambiente pretende globalizar no ponto de partida e no ponto de chegada.

As dinâmicas contemporâneas não poderão ser entendidas sem a análise dos acréscimos técnicos, científicos e informacionais que foram capazes de implantar um eficiente controle do território e um despojamento dos bens universais que assegurariam uma vida mais justa. A produção de horizontes para uns e de limites para outros parece ter sido o *leitmotiv* das políticas latino-americanas. Daí a necessidade de produzir uma geografia preocupada na descoberta de novos horizontes para todos, de encontrar os mecanismos para ampliar sempre a produção da vida e seus bens universais.

#### O ESPAÇO DE TODOS, UM CAMINHO PARA A TOLERÂNCIA

Hoje, o espaço geográfico pode ser uma pista para a formulação de um novo conceito de tolerância. Estamos referindo-nos ao espaço de todos, ao território usado, onde a existência de todos tem lugar. Nem maiorias que aceitam o rótulo de minorias para poder ter voz, nem apenas

os hegemônicos, mas os diversos agentes, juntos. Cada ator usa o território segundo sua força, segundo sua temporalidade.

A sociedade dos totalitarismos, ao contrário, não aceita temporalidades diversas, vozes e usos distintos, forças diferenciadas. Não está preocupada com a produção do que é infinito, mas com a produção de limites, de normas, de repressão, de seleção. Mais polícia, mais prisões, mais restrições. Um caminho que se percorre com controle, delação e repressão. Viver no medo autoriza formas de cercear a liberdade, desconfiar do outro, matar as formas de tolerância e solidariedade. E, ao mesmo tempo, fazer disso um grande negócio. Vejam-se, por exemplo, os números surpreendentes da chamada indústria da segurança. Mais uma manifestação da unicidade do motor.

A real coexistência de temporalidades é a base da tolerância, cuja manifestação mais primorosa é o consumo de bens políticos e culturais, que não se acaba no próprio ato, mas alimenta o processo e reconstrói a dignidade dos homens. Mais liberdade, mais diálogo, mais democracia, mais cidadania, mais arte e cultura, mais solidariedade, mais proteção para os fracos. A sociedade da tolerância preocupar-se-ia com a liberdade, não apenas com os conteúdos da democracia liberal, mas com as bases de uma sociedade mais justa e igualitária. Não poderíamos pensar uma geografia que fosse capaz de discutir essas questões? O essencial é como, diante dessas questões, alcançamos a crítica.

Face a uma geografia encurralada pelos tecnicismos e economicismos de toda natureza e suas respectivas metáforas, é nossa tarefa, nesse início de século, ensaiar uma teoria social do espaço geográfico, uma teoria do espaço latino-americano, que não poderá esquecer os conteúdos do território, hoje tão vinculados ao controle da vida e ao dinheiro, nem a produção política de uma idéia de América Latina, na qual a justiça e a liberdade sejam nossas buscas permanentes. Esses dados inspirarão, certamente, uma geografia da vida e da liberdade, uma geografia como sabedoria infusa, porque, afinal, não vivemos numa sociedade decadente, mas numa sociedade em crise e crises...passam...

#### BIBLIOGRAFIA

Ascher, François 2000 *Ces événements nous dépassent, feignons d'en être les organisateurs. Essai sur la société contemporaine* (Paris: Éditions de l'aube).

Borges, Wilson Hilário 1993 *Historicidade e Materialidade dos Ordenamentos Jurídicos* (São Paulo: Edusp Ícone).

Chesnais, François 2001 "Los mecanismos de una crisis de repercusiones planetarias" In: ATTAC. *Contra la dictadura de los mercados: alternativas a la mundialización neoliberal* (Barcelona: Icaria Más Madera, 2ª ed.).

Faria, José Eduardo (org.) 1996 *Direito e Globalização Econômica: implicações e perspectivas* (São Paulo: Malheiros).

Foucault, Michel 1991 (1975) *Vigiar e Punir* (Petrópolis: Vozes, 8ª ed.).

Gaudin, Thierry 1999 *Economia cognitiva: uma introdução* (São Paulo: Beca).

Lille, François e Verschave, François-Xavier 2003 *On peut changer le monde. À la recherche des biens publics mondiaux* (Paris: La Découverte).

Lojkin, Jean 1995 *A Revolução Informacional* (São Paulo: Cortez).

Mattelart, Armand 2002 (1996) *A globalização da comunicação* (Bauru: Edusc, 2ª ed.).

Mészáros, István 2003 (2001) *El siglo XXI: ¿socialismo o barbarie?* (Buenos Aires: Herramienta).

Moles, Abraham 1974 "Phénoménologie de l' action". In: *Les sciences de l' action* (Paris: CEPL).

Santos, Boaventura de Sousa 2000 *A crítica da razão indolente. Contra o desperdício da experiência* (São Paulo: Cortez).

Santos, Milton 1993 "A aceleração contemporânea: tempo mundo e espaço mundo" In: Santos, Milton; Souza, Maria Adélia A. de; Scarlato, Francisco Capuano e Arroyo, Mónica *Fim de século e Globalização* (São Paulo: Hucitec/ANPUR).

Santos, Milton 1996 *A natureza do espaço. Técnica e tempo, razão e emoção* (São Paulo: Hucitec).

Santos, Milton 1988 *Metamorfoses do espaço habitado* (São Paulo: Hucitec).

Santos, Milton 2000 *Por uma outra globalização. Do pensamento único à consciência universal* (Rio de Janeiro: Record).

Santos, Milton e Silveira, Maria Laura 2001 *O Brasil. Território e Sociedade no início do século XXI* (Rio de Janeiro: Record).

Sapir, Jacques 2002 *Les économistes contre la démocratie. Pouvoir, mondialisation et démocratie* (Paris: Albin Michel).

Sartre, Jean-Paul 1990 *Situations Philosophiques* (Paris: Gallimard).

Silveira, Maria Laura (org.) 2005 *Continente em chamas. Globalização e Território na América Latina* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira).